

## 2

### Pressupostos em Construção

#### 2.1

##### Fundamentos epistemológicos

Uma certa sintonia entre os fundamentos epistemológicos de caráter construtivista sustentando o modelo teórico da Ciência Empírica da Literatura (CEL), as bases metateóricas acentuando o caráter construtivo da atividade científica e a visão sistêmica abrangendo a compreensão do fenômeno literário em sua dimensão de “vida literária” inserida em complexas estruturas sociais, culturais, políticas e estéticas, pode ser vista como aspecto mais marcante e inusitado desta proposta que permite sugerir uma mudança paradigmática nos estudos de literatura.

E são precisamente essas características que demandam uma investigação, em etapas, dos pressupostos que dão perfil ao projeto em seu conjunto, porque o entendimento deles permite enxergar as possibilidades abertas para uma pedagogia literária que atravessa os limites de uma hermenêutica do texto em direção a uma compreensão do “mundo”. É neste sentido que proponho como indispensável uma caminhada pelas trilhas abertas por este projeto, iniciando-a com os processos de conhecimento que o sustentam.

A base epistemológica para uma ciência da literatura idealizada por Siegfried Schmidt fundamenta-se, antes de mais nada, na adaptação do modelo do neurobiólogo Humberto Maturana, que constrói uma teoria da constituição dos seres vivos em função do conceito de sistemas autopoieticos, entendidos como sistemas autoprodutivos, autônomos, estruturalmente determinados, auto-referenciais e operacionalmente fechados (Schmidt, 1989). Por serem dotados de sistemas nervosos complexos, os sistemas vivos possuem a capacidade de observar outros sistemas, seu mundo exterior e a si próprios, além de serem auto-referenciais na medida em que lidam com seus próprios estados internos, desenvolvendo autoconsciência pela auto-observação. O campo cognitivo de um sistema autopoietico corresponde ao campo de todas as descrições ou

representações que o sistema possa realizar. Neste sentido, cognição deve ser entendida como dependente do sujeito, uma vez que os seus estados cognitivos são determinados pelas realizações da autogeração de um sistema e não pelas condições de seu mundo exterior. Essa perspectiva coloca em questão as nossas formas dualísticas habituais na construção de conhecimento, ao pressupor que sistemas vivos não são determinados pela qualidade dos elementos que o compõem, e sim por sua organização, isto é, pelas relações de seus elementos e por seu funcionamento. Assim, não é o neurônio a unidade fundamental do sistema nervoso, mas o seu comportamento. Sistemas vivos demonstram sua singularidade já no seu nascimento e, em contraste com o seu ambiente, aparecem como sistemas autônomos, perdendo sentido, nesta organização, as distinções habituais entre o organismo que produz e o produto (Watzlawick, 1981).

Se a cognição pode ser vista como dependente do sujeito e a realidade experimentada, por conseguinte, como uma construção do sujeito socializado, então, percepção e conhecimento não produzem uma realidade objetiva, mas constroem algo que aceitamos cognitivamente como realidade e que orienta nossa ação e conduta social. Maturana sintetiza este complexo processo na perturbadora afirmação de que produzimos o mundo em que vivemos ao vivê-lo, sublinhando, assim, o caráter construtivo da nossa experiência do mundo (Maturana, 1982, p. 289).

Trata-se do desenvolvimento de uma perspectiva em curso há alguns anos em vários domínios da cultura e da ciência, visando transformar nossa visão do ser humano e do mundo em direção a um holismo evolutivo e dinâmico. Esta tentativa ensaiada por cientistas, filósofos, artistas e escritores ganha ênfase e legitimidade em pesquisas desenvolvidas na biologia e na psicologia conduzindo a modelos da realidade que atraem cada vez mais pesquisadores que subscrevem a idéia de que nossos dualismos habituais (realidade e irrealidade, verdade e falsidade, identidade e não identidade, sujeito e objeto, bem e mal) não refletem de modo algum a “realidade” mas, antes, as regras humanas de construção de conceitos como ser, significado e si próprio.

No contexto da investigação de fenômenos biológicos e psicológicos se destacam pesquisadores que designam a si próprios de construtivistas, entre eles bioquímicos (como Heinz von Foerster), biólogos e neurocientistas (como Humberto Maturana e Francisco Varela) e psicólogos (como Ernst von

Glaserfeld e Paul Watzlawick). O que os une é o grande interesse por questões teóricas e epistemológicas de fundamento construtivista que facultam – ou tornam plausível – a construção de conhecimento nos respectivos campos científicos.

Siegfried Schmidt, apropriando-se de alguns de seus postulados, analisa em “Unsere Welt und das ist alles” esse interesse crescente por propostas construtivistas radicais também por parte de disciplinas científicas como a sociologia e a economia, a lingüística e a ciência da literatura, vislumbrando nele a possibilidade de desdobramentos significativos para o futuro de suas áreas (Schmidt, 1982). Qual seria, então, o ganho que esta orientação pode proporcionar à (nossa) pesquisa?

Para Schmidt, uma significativa reorientação encontra-se na localização da filosofia não na cabeça de Hegel e nos pés de Marx, mas no próprio processo de construção de conhecimento. Em vez de questionar a objetividade do conhecimento e do saber, perspectivas construtivistas se preocupam com questões vinculadas com o estatuto e a função do conhecimento/saber e com as formas de sua construção. Uma das teses constituintes pode ser formulada em poucas palavras: nosso conhecimento não reproduz uma realidade objetiva, mas constrói algo que nós aceitamos como realidade. Para entender esta afirmação, Schmidt sublinha os argumentos mais importantes do chamado construtivismo radical a partir do projeto desenvolvido por construtivistas como o biólogo Humberto Maturana, que identifica a vida com processos autopoieticos.

Fundamental para o ponto de partida pragmático desse sistema biológico é a aceitação de que sistemas vivos não são determinados pela qualidade dos elementos que os compõem, mas por sua organização – portanto, pela relação dos seus elementos – e por seu funcionamento. Já no seu nascimento os sistemas vivos demonstram suas singularidades e, em contraste com os seus ambientes, aparecem como sistemas autônomos. Neste processo eles caracterizam a sua individualidade. Francisco Varela descreveu este processo de circularidade criativa da seguinte forma: de uma sopa molecular sobressai uma célula que estabelece limites entre sua constituição e aquilo que ela não é. Este processo de delimitação se consuma, entretanto, através de fenômenos de produção molecular que, por sua vez, acontecem apenas devido ao estabelecimento destes mesmos limites. As transformações químicas e os limites físicos se articulam reciprocamente.

Nesta ótica, sistemas vivos são determinados estruturalmente através do seu funcionamento, produzindo continuamente sua própria organização circular, mantida a forma o mais constante possível. Eles funcionam, portanto, homeostaticamente. Tudo o que o sistema vivo faz está subordinado à autopoiese e é determinado por sua complexidade.

Estes sistemas não interagem apenas com fatores externos. Eles se relacionam da mesma forma com suas próprias condições internas como se estas fossem objetos independentes deles. Sistemas vivos são sistemas cognitivos e vida, enquanto processo, é um processo de cognição. Schmidt acompanha a idéia de Maturana, segundo a qual o campo cognitivo resulta de todas as descrições que o sistema pode perfazer. Em outras palavras, ele resulta de descrições e descrições, ou seja, de processos reflexivos. Para iluminar o conceito central de cognição, Maturana afirma que o caso particular da organização circular auto-referencial de cada sistema vivo especifica um campo de interação fechado. Ao sistema não é possível nenhuma interação que não seja prescrita em sua própria organização. Por conseguinte o processo cognitivo de cada sistema vivo consiste na produção de um campo de procedimentos relacionais através de seu comportamento efetivo em seu campo fechado de interação, o que não significa compreender ou descrever um mundo autônomo exterior (Schmidt, 1982, p.358).

Assim, é assumida uma posição que se distingue de ontologias realistas de todos os matizes, originárias em nossa experiência cotidiana intuitiva. Percepção e conhecimento não copiam algo do mundo, mas constroem estruturas cognitivas que asseguram a autopoiese e que são determinadas pela organização do sistema vivo que garante a síntese de procedimentos relacionais e não uma representação do mundo. Neste sentido, sistemas vivos são transformados permanentemente pelo ambiente e pelo próprio sistema e o comportamento relacional de sistemas vivos forma um *continuum* que confere unidade à sua vida em domínio auto-reflexivo de interações, através de todas as mudanças de cena.

Um segundo par conceitual apropriado por Schmidt para estudos literários inovadores orienta-se na distinção entre sistema e observador, proposta por Maturana. Em sua hipótese, o sistema, que está em condições de interagir com suas próprias condições internas e de produzir representações (as chamadas descrições) a partir destas interações, opera como observador, produzindo cognitivamente construtos do sistema e do seu ambiente. Cada explicação da

cognição tem de confrontar uma explicação do observador e do seu papel. Apenas para o observador algo se transforma e pode ser descrito como objeto distinto dos demais. Neste sentido, podemos dizer que cada descrição compreende, necessariamente, um observador como última instância possível de descrição. A lógica de cada descrição corresponde à lógica do funcionamento do sistema descrito e na medida em que um sistema vivo observa a si próprio está produzindo autoconsciência. Este processo auto-reflexivo pode ser entendido do seguinte modo: produzimos descrições de nós mesmos e, à medida que interagimos com estas representações, podemos descrever num interminável processo recursivo nossa própria auto-representação (Schmidt, 1982, p.359).

Desta forma, esboça-se a posição epistemológica do chamado construtivismo radical, que parte da questão de *como* são construídas nossas experiências e a percepção do nosso mundo experiencial, *como* são conhecidas semelhanças e diferenças, *como* são tiradas conclusões e *como* se elaboram estruturas. Em todo o caso, o modelo explicativo proposto se fundamenta na organização biológica dos homens enquanto sistemas autopoieticos. Nesta hipótese, se os indivíduos podem (re)conhecer apenas o que eles mesmos produzem, o mundo que experimentam se assemelha a eles próprios. Uma hipótese que vale para todas as esferas de sua atuação. Todas as formas de conhecimento encontram-se vinculadas ao sistema observador e são dependentes do sujeito (socializado), pois ele está ligado à organização e estrutura do sistema, sendo uma espécie de espelho da ontogênese do observador. E é no âmbito desta argumentação que devemos entender a afirmação de Maturana, antes referida, de que produzimos, literalmente, o mundo em que vivemos ao vivê-lo.

Em outras palavras, o que foi sugerido na filosofia transcendental de Kant é radicalizado, deste modo, numa concepção pragmática a partir da suposição de que não existe “a realidade”, há apenas o mundo dependente do sujeito – a saber, modelos de realidade – e nada “antes” ou “depois”, mas tão somente *modelos* de realidade (Schmidt, 1982, p.360). Estes modelos se oferecem como soluções de problemas e se adequam às nossas atividades: os limites do mundo são, nessa visão, aqueles nos quais nossas ações se realizam e fracassam. O que sabemos via produção de conhecimento, o que vivenciamos e experienciamos é constituído necessariamente pelos elementos à nossa disposição e apenas se explica com base em nossos respectivos estilos de vida. Deste modo, podemos dizer que os limites

do mundo são as limitações contingentes de nosso equipamento biológico e intelectual. No entanto, a idéia de que o conhecimento depende tanto do sujeito e do seu funcionamento eficaz em seu meio ambiente não representa uma contradição. Sistemas vivos trabalham de forma intuitiva fazendo prognósticos hipoteticamente, como qualquer “realista”. Assim, o que acontece uma vez passa a fazer parte de expectativas posteriores, mas apenas se a primeira vez for bem sucedida. A possibilidade de comparação de modelos de realidade pelos sujeitos socializados ocorre na construção da realidade em função de experiências da seleção biológica e é regulada por estratégias de controle social na solução de problemas, através de processos de legitimação e consenso, ou seja, pela soma de experiências acumuladas historicamente, como já aventado reiteradamente por sociólogos como Peter Berger e Thomas Luckmann (1973). Processos de socialização e convenções, portanto, disseminam modelos de mundo socialmente normatizados cujas estruturas refletem, nitidamente, interesses sociais e pretensões de poder. Neste sentido, os princípios consensuais de construção de realidade se devem principalmente à linguagem como base de processos de interação e de coordenação.

O próprio conhecimento científico é visto nesta concepção como estritamente dependente do sujeito. Sua chamada exatidão e objetividade não se baseiam em sua maior adequação à realidade, mas no consenso cultural de observadores em relação a determinadas categorias e construções consideradas válidas do ponto de vista científico. Assim, o construtivismo radical permite – de forma distinta de outras posições filosóficas tradicionais na história da filosofia da ciência – pensar uma complementaridade entre o organismo que conhece e o objeto do conhecimento. Entre o sistema e a autopoiese, o organismo e seu comportamento, existe uma ligação relacional recíproca, e a condição de conhecimento depende do organismo, e não de uma espécie de realidade ontológica exterior e anterior.

As reflexões prévias tiveram por objetivo sinalizar como perspectivas construtivistas substituem questões filosóficas tradicionais relativas à representação da realidade objetiva por questões acerca dos fundamentos, das condições e transformações de processos cognitivos. Mas se minimizarmos a pergunta sobre o conhecimento verdadeiro, e em vez disso questionarmos se ele é adequado às soluções de nossos problemas, então desaparecem as questões

tradicionais da teoria do conhecimento sobre uma fundamentação última, o conhecimento objetivo, a verdade absoluta e a realidade. Ao invés disso, entram em primeiro plano problemas vinculados ao plano do sujeito, ao processo cognitivo, às regras de construção de modelos de realidade, assim como às necessidades subjacentes à construção de realidade, aos interesses e motivações de sujeitos e determinados grupos sociais. Sistemas vivos são sistemas interativos, que constroem domínios consensuais com outros sistemas. Portanto, interação é um processo anterior a todas as formas de comunicação e esta só funciona porque observadores interagem com outros sistemas, supondo que os mesmos sejam também observadores. Esta suposição é justificada em função do equipamento biológico comum e, em certo sentido, em função da socialização comparável. Entretanto, ela não fornece argumento algum contra a dependência de todo o conhecimento do sujeito.

As reflexões de Maturana acerca da filosofia da linguagem se distinguem, geralmente, da suposição de a linguagem ser um sistema de comportamento e não um sistema de sinais e um domínio fechado impossível de ser transcendido por expressões lingüísticas. A linguagem não deve ser entendida como processo de transmissão de pensamentos e informações, mas como orientação no campo cognitivo de sistemas vivos que se comunicam uns com os outros.

Schmidt acompanha em seu modelo a hipótese de Maturana de que fabricamos constantemente descrições em nosso campo cognitivo para nossa própria orientação e a dos outros, e não para nos remeter a entidades autônomas, porque o campo lingüístico é fechado, uma vez que a lógica destas descrições corresponde à lógica dos sistemas vivos que produzem estas descrições.

Uma outra suposição considera que nos processos de comunicação tentamos orientar outros sistemas em seu campo cognitivo, fazendo com que eles realizem operações de orientação semelhantes às nossas, em seu respectivo campo cognitivo. De outro modo, confiamos que os outros dispõem de equipamentos biológicos semelhantes e que são socializados geralmente numa forma lingüística semelhante à nossa. Assim, o consenso depende exclusivamente de convenções e de cooperação, e não de uma orientação consoante à realidade. Em função desta condição não pode haver uma transmissão de pensamento do falante para o interlocutor. O ouvinte produz informação na medida em que reduz sua incerteza, através de suas interações em seu campo cognitivo. O consenso resulta apenas

destas interações nos respectivos campos cognitivos e de interações cooperativas, quando as condutas resultantes desse processo são colocadas a serviço da manutenção dessa interação.

A ausência de transparência de pensamentos e informações entre sistemas distintos que organizam informações apenas dentro de seu próprio campo cognitivo torna impossível convencer outros, de forma racional, de determinada suposição se eles não estiverem dispostos para tal, em função de interesses comuns, que podem ser vinculados com amizade, amor ou outros fatores de simpatia. A necessidade de respeito mútuo e confiança não se fundamenta numa ideologia baseada em valores supostamente absolutos, mas trata-se de uma necessidade biológica que é constitutiva da condição humana e precisa ser satisfeita para manter essa condição. De todas as éticas essa é a única legítima, mas ao mesmo tempo incomensurável em sua variedade. Uma consequência importante desses pressupostos epistemológicos construtivistas atinge a avaliação de outras culturas. Culturas diferentes não são apenas formas diferentes da elaboração de *uma* realidade uniforme, mas são formas de construção de realidade distintas. Neste processo, discussões em torno do valor, da “verdade” ou da adequação de culturas não podem mais ser orientadas a partir do olhar objetivo da verdade (científica, por exemplo). Sistemas absolutos de valor são impossíveis no campo cultural, assim como verdade absoluta e falsidade o são, no campo cognitivo (Schmidt, 1982, p.362).

Na física atômica, por exemplo, o papel constitutivo do observador no processo de conhecimento científico da natureza foi enfatizado pela atitude do cientista face ao seu objeto de investigação, que não pode assumir o papel de observador objetivo e desinteressado. Ele antes constitui as qualidades do objeto observado encontrando-se incluído no mundo observado. Esta transformação do seu papel contraria certo senso comum dos físicos que entendem a sua função de observadores como descrição da experiência do mundo físico tal como ele é, como se não fizessem parte dele. Em sintonia com esses pressupostos, há pesquisadores do âmbito subatômico que questionaram radicalmente noções tradicionais de matéria e energia, sujeito e objeto, tempo e espaço, causa e efeito. As novas visões de mundo, segundo o físico Fritjov Capra, subentendem o universo como tecido dinâmico de fenômenos concatenados, em que a conformidade das inter-relações contrárias determina a estrutura de todo o tecido

(Capra, 1980). Nesta ótica, objetos e matéria não são unidades autônomas, mas unidas inseparavelmente a tudo que as cerca e suas propriedades são construídos de nossas formas de observar e categorizar. Subjacente a essa nova concepção do mundo físico desponta, segundo Capra, o questionamento da *dualidade* fundante do pensamento ocidental que separa vontade e instinto, verdadeiro e falso, realidade e conhecimento, estática e dinâmica, signo e significado, masculino e feminino, sim e não. A física atômica moderna, ao contrário, considera o mundo como um sistema de componentes inseparáveis de influência mútua e em constante movimento, vendo o sujeito como elemento essencial deste sistema, na qualidade de observador e referência última de suas descrições.

Em sintonia com esses pressupostos, Francisco Varela enfatiza igualmente, no campo da biologia e das neurociências, a nossa relação no processo circular do nosso agir através de nossos corpos, argumentando que não podemos sair do nosso campo cognitivo estabelecido concomitantemente pelo corpo e pelo sistema nervoso. Tampouco podemos decidir onde começa o domínio cognitivo ou atribuir origens às nossas experiências, porque se quisermos procurar as causas de percepções ou idéias, encontraremos uma infinidade de detalhes e conexões recíprocas. Varela sintetiza essa condição afirmando que encontramos todas as vezes a percepção de uma percepção ou a descrição de uma descrição e em momento algum podemos jogar nossas âncoras e confirmar a origem de nossa percepção, porque, neste caso, ela remeteria a algo (Varela, 1981). Com esta impossibilidade de achar as causas relaciona-se também a problemática da separação tradicional entre sujeito/objeto, porque a referencialidade, que atua abertamente em sistemas vivos de forma circular, faz-nos ver a relação sujeito/objeto não a partir de uma perspectiva dualista, mas em uma perspectiva participativa e interpretativa, baseada na união indissolúvel entre sujeito e objeto. Esta interdependência torna-se clara na medida em que não se pode iniciar a observação com uma representação pura, não contaminada e indiferente a pontos de vista e contextos. Nossa relação com o mundo é entendida nessa concepção como a relação com um espelho, que nem nos revela o que o mundo é, nem o que ele não é. Mostrando que o conhecimento se funda em processos de experiência e negociação, Varela tira daí duas conclusões: o mundo não é nem subjetivo nem objetivo, mas plástico, e nele a ética é a base e o ponto final da construção de conhecimento e como ninguém pode reivindicar para si o conhecimento melhor,

os antigos ideais de objetividade e comunicação, em última análise, perdem a sua plausibilidade.

A confiança da tradição europeia no saber e na objetividade, cultuando o saber científico, é vinculada por Schmidt com três princípios de pensamento, aparentemente sem relação: a evolução da teoria analítica da ciência, de Joseph D. Sneed, a teoria da ciência anarquista, de Paul Feyerabend e o pós-estruturalismo francês. Sneed desvinculou a teoria do saber analítico da distinção positivista entre teoria e empiria, evidenciando a partir da experiência cotidiana que são as molduras teóricas que permitem entender experiências empíricas. Esta compreensão básica de nossos processos cognitivos corresponde, em nível teórico-científico, à perspectiva da construtividade de todas as operações cognitivas, sejam elas vinculadas à construção de realidades, sentidos ou identidades. É essa concepção que permite, assim, fundar uma teoria do conhecimento e do saber em bases propostas por formas de construtivismo (Schmidt, 1982, p.365).

O segundo princípio sustenta de forma exemplar a definição de saber científico de Paul Feyerabend em sua teoria anarquista da ciência orientada no princípio do *anything goes*. O filósofo da ciência mostra em numerosas análises e exemplos que a ciência está muito mais próxima do mito do que ela gostaria de admitir e, neste sentido, a ciência é apenas uma dentre muitas outras formas de pensamento, não sendo, de modo algum, a melhor. Ela deve sua posição privilegiada na sociedade à aliança com o poder explorando-a para seus fins, enquanto “instrução mais nova, mais agressiva e mais dogmaticamente religiosa” (Feyerabend, 1976, p.366). Esta união, segundo Feyerabend, precisa ser abandonada, porque essa separação poderia ser nossa única chance de realizar um ideal de humanidade nunca antes alcançado.

Essa crítica da aliança entre poder e verdade, do mesmo modo como a crítica à crença no progresso e na acumulação linear do saber, revela os princípios éticos que orientam igualmente uma parte do repertório do pós-estruturalismo francês. Michel Foucault, por exemplo, mostrou reiteradamente que verdade, ou seja, o conhecimento científico, está circularmente unida a sistemas de poder que os produzem e apóiam e, igualmente, aos efeitos de poder que deles emanam e que, ao mesmo tempo, os reproduzem.

A crítica do pensamento dualista, hierárquico e centralizador da tradição filosófica europeia, presente nos últimos decênios sob os mais variados fundamentos, poderia encontrar uma base unificante nos argumentos apoiados na forma do construtivismo, que faculta uma simbiose entre teorização e experiência. Deste modo, principalmente a perspectiva de que todo o conhecimento, inclusive o científico, é dependente do sujeito, poderia fornecer um corretivo importante contra todas as tendências de mau uso da verdade pelo poder e, com isso, contribuir para o desenvolvimento de atitudes de tolerância e cooperação.

Se a perspectiva construtivista, vinculada a princípios criativos de auto-organização e auto-referencialidade, fosse aceita em todos os níveis da vida, poderíamos extrair dela fundamentos importantes para todos os modelos filosóficos e históricos que não partem do sujeito como instância decisória, mas de campos sociais e séries de interdependências multipolares e recíprocas, constituídas intersubjetivamente. Em última análise, esboça-se, na moldura de concepções construtivistas, também uma síntese produtiva entre a interpretação hermenêutica e a investigação científica, sem precisar abandonar a reivindicação do saber empírico no contexto de teorias científicas explícitas.

## 2.2

### Questões metateóricas

A partir dos pressupostos problematizados nos capítulos precedentes, podemos delinear, então, um modelo teórico para a vida literária que nos permita efetivamente circunscrever os caminhos para uma pedagogia literária inovadora. A ênfase sobre a importância da investigação de questões metateóricas e epistemológicas e o seu caráter interdependente dá perfil a esse projeto empírico não empiricista. Como vimos, por mais que uma ciência precise pautar-se por regras e métodos, o seu rigor é o resultado de convenções, negociadas em esferas disciplinares, e não se baseia em dogmas infalíveis. Não há uma autoridade científica que possa decidir os rumos da pesquisa em virtude de seu conhecimento ou de seu saber, são antes questionamentos, dúvidas e também determinadas circunstâncias e acasos que sublinham a convencionalidade da ciência. Em sua teoria anarquista da ciência, Paul Feyerabend chegou a sugerir, até, que o saber científico se encontra, por sua vez, muito mais próximo do mito do que os

próprios cientistas gostariam de admitir. Neste sentido, para o autor de *Erkenntnis für freie Menschen*, a ciência representa apenas uma, entre muitas formas de pensamento e construção do conhecimento, e ela não é, necessariamente, a melhor. Ao transferir este princípio para os estudos da literatura, Schmidt propõe uma significativa rearticulação do papel do crítico, do analista e do teórico deslocando o acento sobre atividades desenvolvidas consensualmente em uma comunidade científica.

A sua crítica da preferência, quase exclusiva, dada à interpretação de obras literárias e a limitação do espaço da criatividade científica foi uma das motivações que levou o grupo NIKOL<sup>1</sup> a investir, antes de mais nada, em fundamentos teóricos que facilitam o questionamento, em detrimento da aceitação da tradição.

Uma análise das atividades nas ciências naturais igualmente mostra uma feição conservadora, embora a própria noção de progresso científico reclame um tipo de ação distinta. No modelo proposto, os conceitos de conservatividade e seu contrário deveriam formar ação complementar, no sentido dado pela teoria da dinâmica de sistemas formais. Esta foi uma das propostas básicas de Peter Finke, filósofo da ciência e membro fundador do grupo NIKOL, ao definir e tentar transferir estes princípios para o estudo de literatura, abrindo espaço para uma atividade teórica criativa e conferindo, ao mesmo tempo, uma base científica nova à teoria da literatura. Para entender as proposições de Schmidt para uma ciência empírica da literatura, tornou-se, assim, indispensável acompanhar as reflexões metateóricas, desenvolvidas por Peter Finke, que se transformaram em elemento estruturante fundamental de sua proposta teórica (Finke, 1979). Segundo ele, a estreita relação entre a criatividade científica considerada no nível de uma teoria da ciência e no nível da teoria da literatura é visível em sua descrição dos seus processos subjacentes, como produto de atividades exercidas por uma comunidade científica. E é neste sentido que a própria teoria da literatura pode ser vista como produto de uma ação social concreta desenvolvida em função de determinados objetivos.

Toda a argumentação e ação no contexto de uma teoria da literatura como atividade científica distancia-se, deste modo, de outras formas de construção de

---

<sup>1</sup> A sigla NIKOL significa “ciência da literatura não conservativa”. Este é um conceito que vem da Matemática e tem a ver com expansão, no sentido de que as partículas estão sempre em movimento, criando outra coisa.

conhecimento, como a própria produção artística, ou, ainda, a crítica literária. E sendo a ênfase colocada sobre atividades, tanto uma teoria da literatura quanto uma teoria da ciência se entendem como ações em construção. De acordo com esta argumentação, teorias não representam repertórios preexistentes à disposição do cientista, mas resultam de convenções e regras estabelecidas intersubjetivamente, de validade temporária, e aceitas e aplicadas por comunidades científicas para solucionar problemas. A ciência empírica da literatura entende, portanto, como um dos princípios orientadores de sua construção teórica a fundamentação em ações e não em objetos. E é à luz dessas hipóteses que uma posição metateórica compatível com esta base epistemológica construtivista, transferida para o espaço dos estudos literários, implica o desenvolvimento de um conceito de ciência como uma forma específica de ação social, com o objetivo de elaborar estratégias para obter soluções. Determinadas estratégias precisam ser consideradas, então, como construções explícitas desenvolvidas em comunidades científicas, a fim de suprir deficiências de explicação sentidas pelo grupo. Estas estratégias, expressas em estruturas conceituais, transformaram-se, assim, em elementos de teorias científicas. Para Finke, esse tipo de metateoria que explicita o elo entre os dois níveis de argumentação fundamentando sua teoria – uma teoria da literatura como parte central de uma ciência da literatura – pode ser entendido como funcionalismo construtivo. Dentre as várias alternativas para teorizá-lo, destaca-se a proposta de Schmidt em que as estruturas são interpretadas empiricamente no contexto de uma parte da vida sócio-literária dos indivíduos. A sua teoria empírica da literatura apropriando-se dos pressupostos desse funcionalismo construtivo figura, deste modo, como exemplo de uma teorização construtivista.

O que caracteriza, em última análise, o projeto interdisciplinar elaborado por Schmidt e o grupo NIKOL é o desenvolvimento de uma teoria da literatura integrada, iniciada, portanto, por uma ampla reflexão sobre os princípios básicos que deviam orientar a sua atividade. E é neste âmbito que se opta pelo funcionalismo construtivo, abrindo novos e significativos espaços para a criatividade científica, ainda que dentro dos limites que restringem qualquer atividade científica inserida em determinados campos disciplinares. Para Finke, no panorama da filosofia da ciência atual inexistem modelos teóricos que abrangem esta forma de criatividade. Finke denomina a sua forma de “estruturalismo

reconstrutivo”, traduzindo, deste modo, uma forma conservadora de olhar a atividade científica. Essa atitude dos filósofos revelaria, segundo ele, a sua visão comprometida com as ciências naturais, como a física, por exemplo, onde prevalece certo consenso entre os membros da mesma comunidade científica, tradicionalmente avesso ao dissenso, que sinaliza a emergência de uma revolução científica. Embora possam existir áreas da física sem consenso – e neste sentido seriam consideradas também pré-paradigmáticas – não há discordância em relação aos valores básicos e aos critérios metodológicos de teorias plenamente desenvolvidas. Já nas ciências sociais e nas artes, onde prevalecem, em grande parte, incertezas pré-paradigmáticas, é comum a ocorrência de divergências entre os estudiosos de determinada área científica, no que se refere a questões e métodos explicativos fazendo com que as ciências sociais não sejam consideradas plenamente como áreas de atividade científica. Entretanto, para o desenvolvimento de uma ciência, as fases pré-paradigmáticas são tão necessárias e úteis quanto as paradigmáticas, da mesma forma que questões fundamentais em estudos da linguagem e da literatura podem produzir conhecimentos tão relevantes quanto os da física e, até mesmo, promover formas de cooperação.

A discussão de Finke enfatiza, ainda, as fraquezas de metateorias que tematizam a razão teórica da ciência, a sua teoricidade, em detrimento de uma reflexão sobre a dimensão política de sua disciplina, isto é, de sua razão prática. Uma ciência exclusivamente explicativa, segundo ele, permanece imperfeita em sua própria qualidade científica enquanto não desenvolver categorias que permitam a aplicação empírica do saber adquirido. Teoricidade – a exigência de explicitar as teorias usadas –, aplicabilidade – a exigência de relevância individual e político-social – e empiricidade – a exigência de poder verificar seu conteúdo empírico – são vistas, então, como requisitos básicos e indispensáveis para qualquer atividade científica bem sucedida. A categoria *empírico* traduz, no caso, a possibilidade de uma explicitação intersubjetiva em determinado grupo de pesquisadores, de acordo com teorias e regras metodológicas que estes assumem como consensuais.

Os procedimentos de verificação de teorias são sempre relativos aos momentos de realidade vigentes e produzem uma necessidade de descrever e explicar a ação científica. Para escolher os métodos que vão suprir esta necessidade, deve-se levar em conta os critérios que, por sua vez, são escolhidos

dentro de determinado quadro teórico. Em outras palavras, a opção a favor da empiricidade implica, necessariamente, teorização, o que significa que estratégias para resolver problemas podem ser atribuídas a determinados paradigmas e devem ser construídas estrutural e funcionalmente, isto é, como construções sempre dependentes do conhecimento do sujeito.

Segundo Peter Finke (1982), explicações estruturais consideram sistemas literários caracterizados por leis ou regularidades e explicações funcionais procuram compreender processos literários como satisfação de necessidades literárias no sistema literário de uma sociedade.

Deste ponto de vista, tornam-se objetivos de uma ciência empírica da literatura a explicação teórica de ações literárias consideradas em sua dimensão social e histórica.

A partir desses pressupostos, deixa de ser acidental que a elaboração teórica da ciência da literatura empírica se funde neste modelo construtivo, permitindo constantes alterações, aperfeiçoamentos e complementações. Mas igualmente contestações.

Quanto aos estudos científicos da literatura, em uma perspectiva empírica, o grupo NIKOL identificou diversas formas de dissenso, inclusive no entendimento do sentido de empírico, e se afastou de propostas que ampliaram o espaço disciplinar apenas com métodos empíricos, como, por exemplo, Norbert Groeben (1972). Menos favorável a formas de empirização do que ao desenvolvimento de uma ciência *empírica* da literatura capaz de oferecer uma abordagem criativa inteiramente nova na solução de questões sentidas como urgentes na discussão no campo dos estudos de literatura, o projeto de Schmidt pleiteia uma mudança paradigmática plena, porque propõe tanto uma nova compreensão metateórica quanto um olhar interdisciplinar numa discussão pluralista. E, nesta situação, inexistente uma distinção nítida entre o nível teórico do objeto e o nível metateórico dos argumentos, como reconhece Finke:

Quem não quiser aceitar o critério de outras concepções, nem sua colocação sobre os problemas a serem investigados pelos estudos da literatura, encontra-se perante tarefas teóricas *construtivas* a partir de bases metateóricas construtivas. Construtividade teórica não se confunde com normatividade; a teoria do Funcionalismo Construtivo (FC) é concebida como empírica e, em princípio, pode sofrer revisão

como qualquer teoria da ciência *reconstrutiva*. (Finke 1982, p.324)  
[grifos meus]

Para entender plenamente o alcance desta proposta de uma ciência empírica para a literatura, no início dos anos 80, com a declarada pretensão de sistematizar um novo campo de investigação a partir de uma perspectiva construtivista e, ao mesmo tempo, comprometido com uma articulação entre teoria e prática incompatível com pressupostos positivistas tradicionais, é preciso, antes, compreender os pressupostos da valorização deste termo. O estranhamento diante do rótulo *empírico* mereceu repetidas explicações por parte de Siegfried Schmidt, articulador principal do núcleo NIKOL, que se tornou conhecido com a publicação do compêndio *Grundriss der Empirischen Literaturwissenschaft*, (Schmidt, 1980). Uma destas formulações situa o problemático termo empírico do seguinte modo:

- “Empirical” relates primarily to social (collective) knowledge not to objects and reality.
- “Empirical” relates to interactively performed (construed) operative experiences whose linguistically formulated content counts as socially accepted knowledge (where acceptance is related to relevant social groups).
- Empirical knowledge is deemed objective if it does not contradict relevant parts of hitherto valid social knowledge, which, in an allreferential manner, are attributed to stabilities and the environment.
- Scientific empirical research requires an explicit clarification of the distinctions by help of which a specific type of knowledge is produced. Empirical data result from a systematic trivialization, i.e. from a controlled reduction of complexity by recourse to evidence (i.e. knowledge) not to reality.
- The theoretical controlled procedure of knowledge production serves the purpose of its cultural homogenisation if and as long as the presuppositions of this production are accepted and the results deemed allreferential.  
The touch-stone for empirical knowledge is not ontological objectivity but reproducibility under *ceteris paribus* conditions.  
(Schmidt, 1995, p. 112)

## 2.3

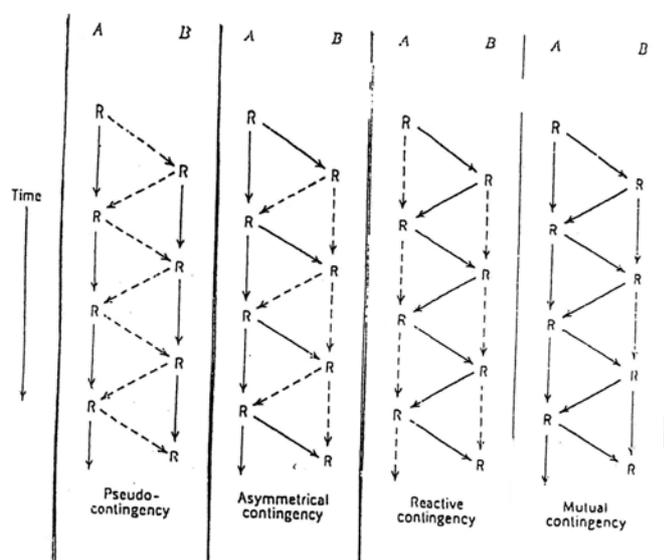
### Modelos psicossociais

No contexto destes pressupostos da ciência empírica da literatura fundada sobre hipóteses construtivistas, cabe indagar como falar de literatura, de sua situação comunicativa e das formas de sua teorização.

Um olhar sobre a discussão em torno dos estudos da literatura na Alemanha pós-guerra permite situar as condições – e a repercussão – de projetos que ensaiam transformações – reformistas ou revolucionárias – no campo de uma disciplina fundada tradicionalmente sobre a equivalência entre ciência da literatura e interpretação de obras literárias. No final dos anos 60, e durante os anos 70 – coincidindo com o momento de crise nas ciências humanas, com a época dos movimentos estudantis e a criação de novas universidades (e novas cátedras para as filologias) – estava sendo pleiteada, sob a bandeira da politização das ciências, uma reflexão crítica sobre as próprias bases epistemológicas e metodológicas, bem como sobre as condições da atividade do próprio cientista enquanto parte de um sistema social mais amplo, vinculado, por exemplo, a uma comunidade científica institucionalizada. Neste âmbito, uma disciplina como teoria da literatura devia satisfazer, ela também, exigências mínimas: métodos consistentes e explícitos, consciência de sua responsabilidade social e relevância de seus resultados (Olinto, 1989, p. 79).

Foi nesta época que começou a circular também uma série de trabalhos teóricos questionando a visão exclusiva do texto literário como artefato verbal assimilado pelo leitor numa atitude contemplativa, a favor do processo interativo que funde as instâncias do texto e do leitor, de que a estética da recepção e do efeito representa uma das propostas sugestivas iniciais, e o projeto posterior de uma Ciência Empírica da Literatura possivelmente a sua forma mais sistemática e abrangente na esfera da investigação do fenômeno literário. Especialmente Wolfgang Iser, responsável por uma visão pioneira do fenômeno literário a partir do deslocamento do interesse exclusivo pelo texto para o ato de leitura, nos oferece um modelo distinto ao centrar a sua atenção sobre a relação texto-leitor, como unidade fundante. Em seu livro, hoje clássico, *Der Akt des Lesens*, o seu objetivo declarado não é, portanto, a descrição de textos particulares, tampouco uma história social da literatura, mas antes de mais nada, uma teoria geral da

leitura. Esse novo interesse vem acompanhado por indagações sobre o próprio processo de comunicação, em estudos de literatura, extraindo dele conseqüências importantes para uma avaliação analítica da interação do texto com o leitor, levando em conta as condições que orientam essa comunicação. A sua visão das influências recíprocas de texto e leitor que marcam o processo de leitura é balizada na análise de modelos elaborados para o entendimento da interação face-a-face. A psicologia social e a pesquisa psicanalítica, por exemplo, investigaram os pressupostos e as condições de processos interativos na esfera da vida cotidiana. Jones e Gerard (1967) propõem uma tipologia das interações que ocorrem nas relações diádicas dos interlocutores numa situação comunicativa (Jones e Gerard, 1967). Segundo os autores, o resultado desta relação de reciprocidade revela a imprevisibilidade e a contingência indissolúvel como subjacentes a qualquer tentativa de construção de sentido a partir desta situação dialógica. A sua tipologia proposta de diversas formas enfatiza, então, a contingência como pressuposto básico e presente desde o início em qualquer interação diádica, como mostra o seguinte gráfico do seu enfoque conceitual:



(Jones e Gerard, 1967, p.512)

Neste quadro, a pseudocontingência é presente quando cada um dos interlocutores entra na situação dialógica com suas idéias pré-concebidas, como se se tratasse de uma peça teatral encenada. Nesse caso inexistente, de fato, uma situação de contingência, e o resultado da interação é tão previsível quanto a estrutura do ritual. Na contingência assimétrica, ao contrário, se afigura uma relação de poder por parte de A sobre as respostas de B, que não oferecem resistência, enquanto no modelo da contingência reativa falta qualquer coordenação entre os planos de A e de B, predominando a imprevisibilidade na estrutura dialógica.

No caso da contingência mútua, a construção de sentido ocorre em paralelo com a construção do processo interativo da comunicação baseada na reciprocidade. Nos tipos propostos observa-se, como consequência metodológica, que o fator de imprevisibilidade domina – em diversos graus de intensidade – todo o ato comunicativo, o que permite aos autores afirmar que a contingência é a base de toda interação e, por este motivo, ela não pode ser a causa de um efeito posterior. Em outras palavras, a contingência deriva da própria interação e à medida que cada interlocutor, em separado, planeja sua ação, aumenta o fator de imprevisibilidade, de circunstancialidade.

Wolfgang Iser se apropriou desta concepção da interação diádica, entendida como evento de intercâmbio complexo em que ocorrem processos imprevisíveis de mútua e contínua influência; provocando constantes modificações das atitudes dos parceiros do processo comunicativo transferindo para a análise dos processos de leitura a tese da reciprocidade que marca a situação interpessoal.

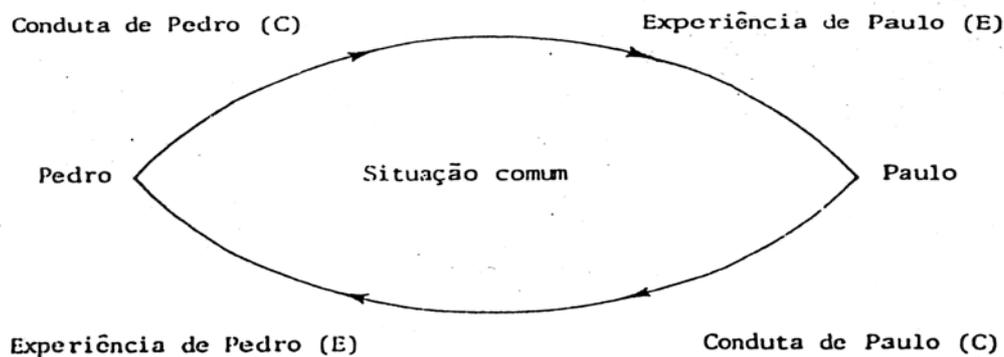
Enquanto esse tipo de figura de leitor supunha um sentido independente, exemplar, da obra literária e uma atitude contemplativa em relação ao sentido formulado pelo texto, para Iser, a relação entre o texto, um “engenho de fazer pensar”, e o receptor, um “leitor interessado” e “ativo”, é outra (Iser, 1974, p.37). O processo de leitura adquire um caráter vivo e dramático, envolvendo o leitor numa ação produtiva na construção do sentido. Segundo Iser, trata-se de uma interação. O encontro entre os dois corresponde ao confronto do leitor com uma experiência alheia, em que o texto representa um efeito potencial que mobiliza faculdades perceptivas e imaginativas do leitor. Esses efeitos e respostas não são

propriedades nem do texto nem do leitor, mas ocorrem no entre-lugar que se produz durante o processo de leitura (Olinto, 1993, p. 9).

A tese da reciprocidade das perspectivas que aponta uma marca básica da situação interpessoal cotidiana não só acentua a contribuição mútua dos parceiros, mas também o caráter constitutivo tanto dos interlocutores em sua subjetividade e sociabilidade, quanto da própria situação que resulta de um processo de ajustamento e reconstrução durante e em função da interação.

O seu modelo interativo que caracteriza o ato de ler como encontro mutante entre texto e leitor se aproveita ainda da investigação das estruturas da experiência interpessoal, especialmente de R. D. Laing (1986). Trata-se de uma concepção que reflete a crescente insatisfação com teorias que estudam o indivíduo isolado de seu relacionamento com outros, como se vivesse num vácuo social. No sistema diádico inexistem pessoas individualizadas. Na visão de Laing, a auto-identidade exige o complemento da alteridade, no sentido de que todo relacionamento implica uma definição do eu pelo outro e do outro pelo eu. Segundo ele “a identidade de uma pessoa não pode ser abstraída de sua identidade para os outros, de sua identidade para si mesma, da identidade que os outros lhe atribuem, da identidade que ela atribui aos outros, da identidade que julga que lhe atribuem ou que pensa que eles pensam que ele pensa que eles pensam” (Laing, 1986, p. 82). Desse modo a auto-identidade não é uma realidade concreta, mas uma abstração. O *ego* existe para o *alter* que dá lugar a meu ser-para-o-outro à medida que a presença do outro tem um profundo efeito reacional sobre mim.

Essa percepção das alianças recíprocas que marcam as relações interpessoais torna-se visível no seguinte modelo:



[Laing, Phillipson e Lee (1972, p.19)]

Nesta configuração de uma situação comunicativa interpessoal a conduta de um é uma função da experiência do outro, ou seja, trata-se de uma relação de reciprocidade entre interlocutores, baseada no condicionamento mútuo que caracteriza, segundo Laing, as ações, reações e modificações ensaiadas pelos interlocutores. Esses intercâmbios não são, portanto, condicionados pelos desejos de cada um, mas igualmente pelas imagens que cada um projeta de si e do outro e que contribuem para as próprias reações (Laing, 1968, p.16).

Não conhecemos a experiência que os outros têm de nós, e aquilo que não nos é dado reciprocamente é traduzido por Laing como “*Nonada*”. No entanto, as relações humanas se realizam precisamente a partir do preenchimento deste vazio central à experiência (*Erfahrungslücke*), por meio de sucessivas representações (*Interpretationsgestalten*) e as suas constantes correções de acordo com o desenvolvimento do diálogo.

A construção da identidade, por exemplo, é feita, de acordo com Laing, com projeções, fantasias, sonhos, entre dois indivíduos concretos (Laing, 1986). Mas tais projeções mútuas se transformam, portanto, em experiências, por seu lado contingentes, dando lugar a uma situação de diálogo de crescente complexidade, que tanto pode resultar em enriquecimento mútuo quanto em dissenso e desencontro radicais. Os indivíduos sentem, imaginam, projetam, agem, identificam outros em seu mundo, considerando diversas características da

situação para compreender a participação de cada um, sem nunca ter certeza sobre a adequação ou o sucesso de sua construção, porque a construção de sentido desta interação situativa exige a participação de outros para resultar na construção de uma auto-identidade. Neste sentido, Laing aponta para o processo de complementaridade que sustenta todas as relações interpessoais. (Laing, 1986, p.78).

Essas novas perspectivas, em seu conjunto, invalidam a dicotomia entre sujeito e objeto e, transferidas para uma estética da literatura, significam o deslocamento do interesse pelo objeto imediato para a própria experiência estética. A contribuição fenomenológica para o modelo de Iser ganha importância precisamente pela afirmação da fusão entre ato e objeto articulados pelo conceito de intencionalidade. A sua teoria da leitura enfatiza especificamente a idéia de que os objetos se oferecem a um olhar interessado sempre de forma mediada. O sentido da obra passa a ser substituído pelo efeito. Em outras palavras, o sentido de um enunciado transcende o espaço da página e decorre de seu uso por determinados interlocutores em determinadas situações. Nesta perspectiva, um enunciado - além de supor determinadas relações interativas - absorve, armazena e articula contextos variados e fluidos que abrangem dimensões difusas, vagas, de difícil explicitação, tanto no nível da socialidade quanto no da individualidade.

A proposta de Iser possibilita entender, portanto, o texto, não em sua individualidade mas articulado numa rede em que estabelece contatos interativos com a situação de interlocução, dando ênfase à instancia do receptor. Nesse sentido, a relação texto/leitor é fundada sobre o caráter processual da leitura que precisa ser vista como unidade constitutiva. O seu modelo, em todo o caso, responde nos anos 70 a uma crise específica que ultrapassa o âmbito da própria disciplina e assinala a necessidade de aproximação com outras disciplinas no contexto das ciências humanas e sociais, estimulando, assim, a ampliação de seus quadros referenciais.

Hans Ulrich Gumbrecht escreve em 1988 uma espécie de epílogo para o projeto de seus próprios mestres acadêmicos da chamada Escola de Konstanz ao diagnosticar a chegada ao fim de uma época de ouro. A incontestável dominação intelectual e institucional, por mais de vinte e cinco anos, deste grupo bastante homogêneo, de que Iser e Jauss formaram o núcleo básico, tinha representado o processo de canonização da primeira geração pós-guerra que mobilizava a

discussão teórica mais importante em torno dos estudos de literatura. Segundo o comentário de Gumbrecht, os membros do grupo não souberam “remoçar” e, mesmo canonizando as suas incontestáveis inovações, ele vincula o ocaso deste gigantesco empreendimento intelectual com o seu auto-imposto isolamento, especialmente visível na falta de interesse por intercâmbios na cena internacional (Gumbrecht, 1988, p. 98).